



NEGOCIAÇÃO PARTICULAR ATRAVÉS DE RECEPÇÃO DE

**PROPOSTAS EM CARTA FECHADA ATÉ
06/09/2019**

O presente anúncio não dispensa a leitura atenta e integral do regulamento de venda.

VISITAS POR MARCAÇÃO

300 500 072

vendas@gaip.pt



APARTAMENTO T3

Oliveira do Hospital
Boa localização, no centro

Ref.:

IMO1046

*Cheque caução obrigatório

**VALOR BASE
62.000,00 €**





APARTAMENTO T3

Oliveira do Hospital
Boa localização, no centro



*Cheque caução obrigatório

VALOR BASE
62.000,00 €



ÁREA TOTAL
139,80 m²

DESCRIÇÃO DA C.R.P.

TERCEIRO ANDAR, DIREITO, Destinado a habitação e arrecadação no sótão.

CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Ref.:

IMO1046

Pisos	3º Drt.
Área bruta privativa	111,00 m ²
Área bruta dependente	28,80 m ²
Estado	Desgaste decorrente do uso
Situação	Desocupado
Ano inscrição matriz	1984

DADOS REGISTAIS

Art. Matricial	U 1187 - G
Descrição C.R.P.	13/19820628 - G
Freguesia	U.F. Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços
Concelho	Oliveira do Hospital



3 Quartos
(1 c/ varanda, 1 c/ marquise)



Arrecadação



Sala com varanda



1 Wc c/ banheira



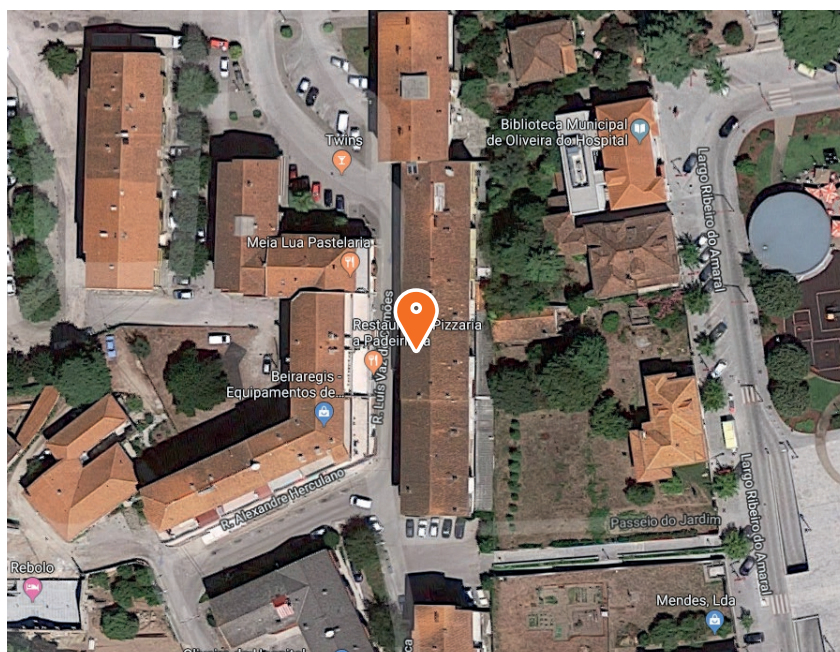
Cozinha mobilada
c/ varanda marquise



Lavandaria

LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL

Rua Luis Vaz de Camões N°: 7, 3º Drt.
3400-001 Oliveira do Hospital
GPS: 40°21'40.1"N 7°51'47.2"W
40.361139, -7.863111





Insolvência de Maria de Fátima Pereira Antunes

PROCESSO Nº 6833/14.3T8CBR COMARCA DE COIMBRA, INSTÂNCIA CENTRAL, SECÇÃO DE COMÉRCIO, JUÍZ 2



NEGOCIAÇÃO PARTICULAR ATRAVÉS DE RECEPÇÃO DE

**PROPOSTAS EM CARTA FECHADA ATÉ
06/09/2019**

VISITAS POR MARCAÇÃO
300 500 072
vendas@gaip.pt

REGULAMENTO GERAL DE VENDA CONDIÇÕES GERAIS DE VENDA

1. Os interessados na aquisição dos bens devem remeter as propostas em carta fechada, até **06/09/2019, via correio registado**, contendo no exterior do envelope a referência visível de "Proposta Insolvência de Maria de Fátima Pereira Antunes" dirigidas à GAIP, para a Apartado 127, EC Marrazes, 2400-995 Leiria. Apenas serão aceites propostas com registo dos CTT até 10/09/2019 e que tenham sido entregues na morada indicada até 06/09/2019. As propostas podem também ser entregues em mão nos 15 minutos que antecedem a abertura de propostas.

2. Os proponentes terão de juntar obrigatoriamente à sua proposta um cheque caução à ordem da "Massa Insolvente de Maria de Fátima Pereira Antunes", no montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor proposto pelo respetivo lote - caso o proponente apresente proposta para mais do que um lote, apenas será necessário um cheque, que deverá corresponder a 5% do valor total oferecido para esses lotes.

3. As propostas que não venham acompanhadas pelo respetivo cheque caução não serão consideradas, perdendo o proponente o direito à aquisição dos bens e não podendo participar numa eventual segunda fase de venda.

4. A abertura das propostas será efetuada no dia **12/09/2019**, pelas **15h00**, nas instalações da GAIP na travessa do Ribeiro, Gândara dos Olivais 2415-358 Leiria.

5. As propostas terão de conter, sob pena de serem excluídas, os seguintes elementos: identificação do proponente/nome ou denominação social, morada, contribuinte (N.I.F./N.I.P.C.), telemóvel, telefone e e-mail; identificação do processo, dos lotes e valores oferecidos, por extenso, expressos em euros. Encontra-se disponível no site www.gaip.pt o formulário de proposta.

6. Até à primeira data fixada para a mostra dos bens, o catálogo de venda poderá sofrer alterações.

7. A mostra dos bens é aberta ao público. É obrigatório o preenchimento do registo de visitas.

8. Os bens são vendidos no estado físico e jurídico em que se encontram, sem garantias de quaisquer vícios que possam surgir ou que eventualmente existam, livres de ónus e encargos, sendo da responsabilidade do promitente-comprador todos os custos inerentes à compra, nomeadamente as obrigações fiscais. As fotografias são meramente ilustrativas podendo não corresponder à realidade.

9. Através da apresentação de propostas, os interessados assumem ter conhecimento e aceitação do regulamento geral de venda - condições gerais de venda, assim como terem inspeccionado os bens e conhecerem as suas características, declinando-se qualquer responsabilidade pelos seus estados de conservação, funcionamento ou situação, assim como, qualquer descrição incorrecta da informação constante no catálogo/anúncio e que possa induzir a erro.

10. A desistência pelo proponente, depois de rececionada a proposta, implica a perda do direito à aquisição dos bens não podendo o mesmo participar numa eventual segunda fase de venda.

11. Podem ser apresentadas propostas de montante inferior ao mínimo estabelecido para venda.

12. Apenas são aceites propostas lote a lote. Não são aceites propostas que agrupem outros conjuntos de bens/lotos..

13. A adjudicação dos bens será feita às propostas de maior valor, reservando-se ao Exmo(a). Sr(a). Administrador(a) da Insolvência e Ilustre Comissão de Credores o direito de não adjudicar propostas de valor inferior ao valor mínimo fixado. Prevê-se o prazo máximo de quinze dias, a partir da data da abertura de propostas, para obtenção de parecer quanto às propostas apresentadas e consequente comunicação aos proponentes.

14. Em caso de empate, abre-se logo, no ato da abertura de propostas, licitação entre os proponentes, salvo se declararem que pretendem adquirir os bens em compropriedade (existe compropriedade quando duas ou mais pessoas são simultaneamente titulares do direito de propriedade sobre a mesma coisa). Estando presente só um dos proponentes do maior preço, pode esse cobrir a proposta dos outros.

15. Em caso de empate e não estando os proponentes presentes na abertura de propostas, serão estes notificados, via carta ou e-mail para apresentarem, caso pretendam, uma nova proposta, no prazo máximo de 48 horas, após a recepção da notificação.

16. Qualquer situação de incumprimento imputável ao comprador, determinará a perda dos montantes já pagos seja a que título for, podendo ser promovido perante o juiz o arresto em bens suficientes para garantir o valor em falta, acrescido das custas e despesas, sem prejuízo de procedimento criminal.

17. Se por motivos alheios à nossa vontade, a venda for considerada sem efeito, por quem de direito, as quantias recebidas serão devolvidas em singelo.

18. É da responsabilidade dos interessados o conhecimento das características, estado e situação dos imóveis, nomeadamente no que diz respeito à correção das informações relativas às localizações e às áreas, situação de eventuais edificações existentes, assim como as orientações e regras a que deverá obedecer a ocupação, uso e transformação do solo.

19. No caso de adjudicação dos bens, o cheque de caução de 5%, junto à proposta, será depositado e passará a constituir sinal. Os restantes 95% do valor de adjudicação dos bens, deverão ser liquidados através de cheque visado ou bancário até ao ato da escritura notarial.

20. Com a adjudicação dos bens, acresce, sobre o valor da proposta, um montante de 5% + IVA, referente aos serviços prestados pela GAIP – Consultores, que deverá ser pago no prazo de 15 dias após a comunicação da aceitação da proposta. O montante indicado de 5% + IVA, referente aos serviços prestados pela GAIP – Consultores, é igualmente aplicável caso seja exercido direito de remição ou direito de preferência.

21. O promitente-comprador obrigar-se-á, logo que lhe seja solicitado, a fornecer todos os elementos necessários à realização da escritura, nomeadamente os documentos comprovativos do pagamento do IMT e IS se a eles houver lugar. A escritura notarial de venda dos imóveis serão efectuadas logo que se encontre reunida toda a documentação necessária para o efeito, em data, hora e local a notificar ao promitente-comprador com antecedência mínima de 15 dias. As despesas notariais são por conta do promitente-comprador.